



#A
CAIXA
É TODA
SUA

www.aacaixaetodasua.com.br

CONHEÇA A HISTÓRIA DE

#

LUTAS E CONQUISTAS

DOS SEUS DIREITOS

Sementes de luta

Em meados de **1981 e 1982**, auxiliares de escritório se mobilizaram pela equiparação dos seus salários aos dos escriturários na carreira técnico-administrativa.



Entre **1983 e 1984**, os trabalhadores tomaram as ruas exigindo eleições diretas para a Presidência da República, exercendo importante papel na abertura política nacional. As **Diretas Já** entrariam para a história de lutas e conquistas.

Primeiro Conecef

Em **1985**, o 1º Congresso Nacional dos Empregados da **Caixa** (Conecef) foi realizado em Brasília e aprovou a greve de 24 horas para o dia 30 de outubro daquele ano. Nasceu daí a tradição de mobilizações nacionais fortes, amplas e unificadas.



Greve histórica

Em 30 de outubro de **1985**, os empregados da **Caixa** deflagraram uma greve nacional histórica, com 100% de adesão, pela efetivação da jornada de seis horas e pelo direito à sindicalização. E deixaram um ensinamento: a certeza de que a mobilização é indispensável para que a **Caixa** continue a ser o banco 100% público, forte, social e a serviço da população brasileira.

Conquista das 6h

A mobilização dos empregados da **Caixa** assegurou a tramitação em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que instituiu a jornada de seis horas, aprovado em 28 de novembro de **1985**.

Direito à sindicalização

Um dia depois, foi aprovado também o projeto que garantiu o direito de os trabalhadores do banco poderem se organizar em sindicatos dos bancários.



Vitória na campanha salarial

Na campanha salarial de **1988**, empregados da **Caixa** conquistam equiparação salarial com os funcionários do Banco do Brasil, resultando em reajuste médio de 73,18% e correção salarial pela inflação.

Contra demissões na década de 1990

Em junho de **1990**, 2.341 empregados do banco foram dispensados. Como reação, a Fenaec, as Apcefs e os sindicatos de bancários organizaram uma campanha nacional em defesa da reintegração dos demitidos, o que ocorreu em setembro daquele ano.



Solidariedade dos empregados Caixa

A Fenaec lançou a campanha “Não toque em meu companheiro” em prol dos 110 demitidos, mobilizando 35 mil empregados da **Caixa**. Um laço de solidariedade os envolveu, respaldado por um desconto equivalente a um tíquete alimentação diário para formar um fundo. Em outubro de **1992**, um mês após o impeachment de Collor, houve acordo para a reintegração dos demitidos. Em fevereiro de **1994**, a Lei 8.878/94 anistiou todos os trabalhadores demitidos durante o Plano Collor.



Documentário

Essa história de solidariedade e união dos empregados **Caixa** para amparar os colegas demitidos é contada no documentário “Não toque em meu companheiro”, dirigido pela cineasta Maria Augusta Ramos, recém-lançado em 7 de fevereiro. Uma história que serve de inspiração para a união de todos os empregados, hoje, em defesa do banco público.

Ataque aos direitos

A vida dos empregados da **Caixa** foi seriamente afetada com a política do Estado mínimo do governo Fernando Henrique Cardoso. No caso do plano de saúde, o chamado PAMS, a qualidade dos serviços e a rede credenciada foram abaladas. Os novos concursados assumiram sob as regras do PCS 98, com direitos reduzidos na saúde e na Funcef (plano REB).

Garantias no acordo coletivo

Em **2018**, a 1ª campanha nacional dos bancários sob efeito da nova lei trabalhista conta com muita mobilização e resulta em nosso acordo coletivo de 2 anos, que garante o Saúde Caixa no ACT e veda o descomissionamento de gestante, que já era reivindicado pelo menos desde **2016**.

RH 008 e resistência contra privatização

Durante os dois governos de FHC (1995 a 2002), houve cortes e os salários permaneceram praticamente congelados. A gestão de metas tornou-se o motor de “resultados” na **Caixa**. Entidades sindicais e associativas foram coagidas e sofreram repressão, o que não foi suficiente para barrar as massivas campanhas em defesa da **Caixa** pública.

Retomada dos direitos

No ano 2000, além dos Planos de Demissão Voluntária (PDVs), FHC autorizou a edição do RH 008, que estabeleceu a demissão imotivada, atingindo sumariamente mais de 500 empregados do banco. O normativo só foi extinto em abril de 2003, no governo Lula. A mobilização conjunta de todos os bancários possibilitou que diversos direitos fossem retomados e conquistados, como o adiantamento de férias parcelável em 10 vezes, as 5 APIs, conversíveis em espécie, a cesta alimentação igual à categoria, entre outros.

Saúde Caixa: uma conquista

O atual modelo de custeio do **Saúde Caixa**, implementado em 2004, foi uma vitória dos trabalhadores e se mostrou sustentável e superavitário ao longo dos anos. Em 2018, a categoria manteve o plano consignado em acordo, garantindo o direito aos empregados da ativa e aposentados, mesmo havendo resolução do governo que obrigava a retirada.



Democratização da Funcef

O movimento dos empregados da **Caixa** sempre lutou pela democratização da Funcef e por mais participação e transparência na gestão. A conquista de um estatuto construído com a participação dos empregados resultou na ampliação da democracia, da transparência e do controle social. A democratização da Funcef ocorreu com Lei Complementar nº 108, de **2001**.

PCS 2008 e reconquista de direitos

A unificação das tabelas do Plano de Cargos e Salários (PCS), no ACT de **2008**, foi um avanço que acabou com a discriminação e a desigualdade na progressão da carreira, presentes nos planos de 1989 e 1998. O PCS 2008 também garantiu promoção por mérito.

PLR e PLR Social

Conquista histórica dos empregados da **Caixa**, que veio em **2010**, a PLR Social é uma forma de valorizar os trabalhadores por tarefas relacionadas com programas sociais do governo federal. Aliás, a PLR como se conhece hoje na **Caixa** é de **2003**. Antes disso, a chamada PRX era um plano que deixava a maioria dos trabalhadores sem receber nada. Atualmente a **Caixa** vem implementando o Bônus Caixa, uma tentativa de voltar ao PRX, substituindo a PLR por um módulo que premia só algumas funções e só os que batem meta.

Ataques e resistência

Medidas tomadas a partir do golpe de **2016** afetam diretamente os empregados do banco e seus direitos. Resolução CGPAR 23: diminui a participação das empresas no custeio dos planos de saúde de autogestão, como é o caso do Saúde Caixa. Resolução CGPAR 25: traz regras que colocam os fundos de pensão em sério risco, possibilitando, por exemplo, que a patrocinadora encerre planos de benefícios. Fenae, Apcefs e sindicatos já estão na luta na tentativa de reverter as resoluções.

Defesa da Caixa em todo o país

A defesa da **Caixa** 100% pública, forte e social tem rodado o Brasil e levado conscientização a empregados e à sociedade. Nos últimos três anos, foram realizados Dias de Luta, seminários e audiências públicas, com o objetivo de debater a importância do banco para o desenvolvimento econômico e social do país. Também ocorreram ações junto ao Congresso Nacional e ao Judiciário.

Pressão legislativa

Em maio de **2019**, foi criada a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos, com o objetivo de analisar todos os projetos em tramitação nas duas casas legislativas e difundir a importância das instituições financeiras públicas para o desenvolvimento do Brasil.





Campanhas em defesa da Caixa

A partir de **2015** os ataques à **Caixa** 100% pública se intensificam e os empregados se unem na defesa do banco público. Campanhas como “Defenda a Caixa você também”, “Não tem sentido privatizar a Caixa” e “#ACAIXAÉTODASUA” defendem o papel social da Caixa e sua importância para o desenvolvimento do país.

Resistência à privatização

Em **2017**, audiências públicas no país inteiro conseguem reverter a intenção do governo Temer de abrir o capital da **Caixa**, o que a transformaria em S.A. O Conselho de Administração, liderado por Rita Serrano, teve importante papel nessa conquista.

Contra o fechamento de agências

Em São Paulo, mobilizações do Sindicato dos Bancários conseguem impedir o fechamento de agências nas periferias da Zona Sul e Zona Leste.

Pelo fim do descomissionamento arbitrário

Em 2016 a **Caixa** implementa o MO21182. Conseguimos acabar com ele e, em **2018**, vedamos o descomissionamento de gestante. Campanha “Não ao assédio moral, pelo fim do descomissionamento arbitrário e da GDP”, lançada em outubro de **2019**, intensifica o combate à GDP que vem sendo indevidamente utilizada como instrumento de pressão, contrariando as premissas do programa.

PCDs beneficiados

O índice de pessoas com deficiência (PCDs) em atuação na **Caixa** é de apenas 1,42%, menos de 1/3 do exigido pela legislação, o que significa um deficit de mais 3.500 pessoas para o cumprimento da cota. Em abril de **2019**, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) determinou que a Caixa cumprisse, imediatamente, a cota legal de contratação de PCDs, como prevê a Lei 8.213/91. A vitória beneficia milhares de pessoas com deficiências aprovadas no último concurso da **Caixa**, realizado em **2014**, e que aguardam contratação.

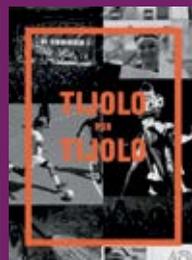


Febraban recua

A MP 905/19 integra o pacote de maldades do governo, intitulado “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo”, que altera brutalmente a legislação trabalhista e as conquistas históricas dos trabalhadores. Em novembro de **2019**, graças à mobilização da categoria, conseguimos barrar esta medida provisória, obrigando a Febraban a recuar da decisão de sua aplicação imediata. A **Caixa** queria implementar desde já a jornada de 8 horas para todos. A MP 906/19 altera conquistas históricas dos trabalhadores, como a jornada de seis horas e o direito ao descanso aos sábados e domingos.

Livro registra meio século de mobilizações

A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), em parceria com o Selo Perfil/ Verso Brasil Editora, lançou dia 30 de janeiro de **2020** o livro “Tijolo por Tijolo: meio século de história do pessoal da **Caixa**”, que registra a memória viva de 48 anos de união, lutas e conquistas por uma **Caixa** pública.



Resistência contra maldades

Unidos, resistimos a inúmeros ataques da era Temer. Lutamos contra a emenda constitucional 95, conhecida como a PEC da Morte, que limitou os investimentos em políticas sociais, fragilizando toda a rede de proteção social e que deferiu ataques ao SUS (Sistema Único de Saúde) e aos direitos do povo brasileiro.

Sem legitimidade

O governo golpista de Temer apesar de ter feito um grande trato “com o supremo e com tudo” saiu derrotado pois não tinha legitimidade e o povo na rua impediu a reforma previdenciária, que era a principal promessa do golpe para o sistema financeiro. O principal símbolo de resistência dos brasileiros foi a greve geral de 28 de abril 2017.

Greve Geral

A Greve Geral de **2017** ocorre 100 anos após a grande greve geral de **1917**, e paralisa muitas categorias. Os bancários param e, na Caixa, a greve mobiliza cerca de 50% dos empregados.



Mais mobilização

Em 30 de junho os trabalhadores chamam outra greve geral que ocorre. Apesar das represálias dos bancos, os bancários participam do movimento. Apesar da mobilização, a reforma trabalhista passa. Na Caixa, um dia antes a direção tenta revogar o RH 151 que garante a incorporação de função para os empregados que a exercem há 10 anos ou mais. Com mobilização e liminares das entidades representativas, os empregados mantêm o direito na base ContrafCUT e na base da Contec para sócios das Apcefs.

A luta continua

Os ataques ao banco público e aos direitos dos empregados se intensificam, o que torna a necessidade de mobilização e de luta permanentes. Os desafios para este ano são manutenção dos direitos dos empregados Caixa, fazer um acordo e uma convenção coletiva, manter o Saúde Caixa, manter a democratização do Funcef e manter a Caixa 100% pública.